

A Produção do Conhecimento Geográfico

6

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 6 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-83-3
DOI 10.22533/at.ed.833181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 16 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase no planejamento urbano.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a estudos do planejamento urbano. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS DO PLANEJAMENTO URBANO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO TERRITORIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE C,T&I	
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Ana Cristina de Almeida Fernandes	
CAPÍTULO 2	21
A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA DE CONVENIÊNCIAS, TURISMO E LAZER: O CASO DE PARNAMIRIM-RN	
Antonio Tadeu Pinto Soares Junior	
CAPÍTULO 3	30
A REDE DE GESTÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS COMO ORDENADORAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI	
Paulo Wagner Teixeira Marques Miguel Ângelo Ribeiro	
CAPÍTULO 4	42
AS MÚLTIPLAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO BAIRRO DE DEODORO-CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DA VILA MILITAR AOS NOVOS VETORES TECNOLÓGICOS PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016.	
Renato Candido da Silva Regina Célia de Mattos	
CAPÍTULO 5	51
CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANEJAMENTO URBANO INCLUSIVO: POR UMA “GEOGRAFIA DA DEFICIÊNCIA”	
Anna Paula Lombardi Cicilian Luiza Löwen Sahr	
CAPÍTULO 6	62
FRAGILIDADE INSTITUCIONAL E CRISE DO PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: UMA CRÍTICA À CIDADE COMO NEGÓCIO	
Aduino Gomes Barbosa	
CAPÍTULO 7	72
INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL	
Maria José Andrade da Silva	
CAPÍTULO 8	82
METRÓPOLES, GOVERNANÇA METROPOLITANA E CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.	
Thiago Giliberti Bersot Gonçalves Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto Eliane Ribeiro de Almeida da Silva Bessa	

CAPÍTULO 9	91
O PARQUE URBANO DA REDENÇÃO EM PORTO ALEGRE-RS E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS CONCEBIDO E VIVIDO.	
Jaqueline Lessa Maciel Benhur Pinós da Costa	
CAPÍTULO 10	104
O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO: LIÇÕES DO EVENTO SOCIOAMBIENTAL DA REGIÃO SERRANA E O CASO DE NOVA FRIBURGO.	
Luciana Herdy Messa	
CAPÍTULO 11	117
OS SENTIDOS DOS MUROS E AS ESTRATÉGIAS DE DISTINÇÃO SOCIAL: RESIDENCIAIS FECHADOS EM CIDADES NÃO METROPOLITANAS	
Patrícia Helena Milani Eda Maria Góes	
CAPÍTULO 12	127
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DO TURISMO E SUAS REPERCUSSÕES NO TERRITÓRIO GOIANO	
Rangel Gomes Godinho Ivanilton José de Oliveira	
CAPÍTULO 13	137
POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCALA LOCAL, E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Gustavo Junger da Silva	
CAPÍTULO 14	154
POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMÉRICA DO SUL: INTENCIONALIDADES E PRESSUPOSTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUAS VINCULAÇÕES COM A INTEGRAÇÃO REGIONAL	
Claudete de Castro Silva Vitte	
CAPÍTULO 15	169
URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E QUALIDADE DE VIDA PARA “CIDADES INTELIGENTES”: UM DEBATE A PARTIR DOS INDICADORES DO IMRS NA MICRORREGIÃO DE ARAXÁ, MINAS GERAIS	
Josimar dos Reis de Souza Beatriz Ribeiro Soares	
CAPÍTULO 16	181
SUPERMERCADOS E ESTRATÉGIAS ESPACIAIS: ASPECTOS DA DINÂMICA URBANA E DO CONSUMO EM FORTALEZA-CE	
Tiago Fernando Gomes Barbosa	
SOBRE A ORGANIZADORA	192

O PARQUE URBANO DA REDENÇÃO EM PORTO ALEGRE-RS E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS CONCEBIDO E VIVIDO.

Jaqueline Lessa Maciel

Universidade Federal De Santa Maria – UFSM
Centro de Ciências Naturais e Exatas – CCNE
Programa De Pós-Graduação Em Geografia
Santa Maria – RS

Benhur Pinós da Costa

Universidade Federal De Santa Maria – UFSM
Centro de Ciências Naturais e Exatas – CCNE
Programa De Pós-Graduação Em Geografia
Santa Maria – RS

RESUMO: O presente artigo busca identificar a importância dos espaços verdes como elemento essencial do cotidiano da população urbana. Neste panorama, objetiva-se explorar a percepção das pessoas sobre estas áreas e sua inserção no meio urbano como fonte de lazer e apreciação da natureza. Destaca-se como ocorreu a urbanização das cidades, o uso periódico dos espaços verdes, os abusos e desusos desenfreados. O enfoque dado ao parque da Redenção permite um entendimento pleno da ligação do ser humano com a natureza, pois devido à expansão das cidades surgiram necessidades ambientais, e a presença de vegetação se tornou indispensável no meio urbano. Buscou-se o entendimento do cotidiano da população na Redenção, já que as representações sociais constituem um

agente construtor e transformador do espaço geográfico. Porto Alegre, capital do RS, é uma das cidades mais arborizadas do Brasil, com oito parques urbanos e tem como destaque o parque da Redenção na preferência dos seus habitantes. Este parque, doado à cidade em 1807, está localizado próximo ao centro de Porto Alegre, e possui cerca de 30 hectares de área livre. Em decorrência do crescente aumento da população, é necessário adotar medidas que preservem os espaços verdes urbanos, é evidente que estas áreas se tornarão cada vez mais escassas, e é imprescindível que a população e os órgãos públicos tenham o compromisso de manter vivo este ambiente que tanto traz benefícios à sociedade e ao meio ambiente.

PALAVRAS – CHAVE: espaços verdes urbanos, vegetação, parques;

ABSTRACT: This article seeks to identify the importance of green spaces as an essential element of everyday life of the urban population. Against this background, the objective is to explore people's perceptions on these areas and their integration in urban areas as leisure source and appreciation of nature. Stands out as occurred urbanization of cities, the periodic use of green spaces, abuses and rampant disuses. The focus given to Farrington Park allows full understanding of the human connection with

nature, because due to the expansion of cities arose environmental needs and the presence of vegetation has become indispensable in urban areas. People everyday understanding is sought in Redenção Park, since the social representations are a builder and transforming agent of geographical space. Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul, it is one of the greenest cities in Brazil, with eight city parks and its highlight the Redenção Park in preference of its inhabitants. This park donated to the city in 1807, is located near the center of Porto Alegre, and has about 30 acres of open area. Due to the increasing population, it is necessary to adopt measures to preserve urban green spaces, it is clear that these areas will become increasingly scarce, and it is essential that the public and public agencies have committed to keeping alive this environment both beneficial to society and the environment.

KEY-WORDS: Urban green spaces, vegetation, parks

DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE

As sociedades industriais são caracterizadas pela pluralidade e rapidez dos processos que ocorrem através das alterações econômicas e políticas. Nesta perspectiva, a sociedade é representada por diversos e distintos sujeitos que a integram e a produzem, construindo o espaço geográfico, vivido, percebido e concebido, num movimento dialético.

Segundo Lefebvre (1990) o espaço vivido é também lugar das ambigüidades das relações sociais, habitados pelas representações, cujos pequenos mundos se articulam. É no espaço que se encontra a chave para a compreensão da (re)produção do homem em sociedade, e em decorrência do poder que a representação deste possui para transformar e substituir a realidade vivida e percebida.

O espaço vivido, para o presente trabalho é o objeto das representações, por esse ser o cenário de ação e meio para interação social; é no espaço que os indivíduos estão a viver, perceber e relacionar-se. Quando falamos de espaço vivido, estamos buscando no universo individual o experienciado, o espaço construído através da percepção do sujeito. Nesse sentido o espaço vivido nada mais é do que o espaço das relações sociais do dia a dia.

Dessa maneira, torna-se necessário caracterizar a evolução urbana da cidade de Porto Alegre, destacando a função social do Parque da Redenção, um território composto por diferentes grupos de frequentadores que, de acordo com as características particulares criam territórios bem definidos na área do parque. Além dessas redes de relações sociais, é importante observar os potenciais naturais que o território oferece, pois o ambiente influencia diretamente nos sujeitos que ali escolhem permanecer.

As cidades estão em crescimento contínuo e expansivo, ocupando espaços cada vez maiores para usos urbanos. O processo de urbanização pode ser compreendido como um processo que se refere tanto ao crescimento físico e humano, bem como às mudanças nas relações comportamentais e sociais desenvolvidas nas cidades.

De acordo com Sposito (2011) o entendimento do processo de urbanização não pode ser pontual. Neste sentido, faz-se necessário à análise de toda a evolução urbana da cidade, no sentido de entender as rupturas de paradigmas, de diferentes momentos históricos.

Nesta perspectiva, a sociedade tende a se especializar cada vez mais em áreas urbanas, a cidade passa a ser o espaço privilegiado das oportunidades: da inovação, do trabalho, da cultura, da política e da riqueza, em contrapartida, o espaço da carência e da desigualdade na efetivação do direito ao trabalho, à cultura e à participação política e mesmo aos bens de serviços (MOURA, 2004).

A urbanização sobre o território de Porto Alegre evidencia, de acordo com Souza e Müller (2007), períodos distintos em função de fatores econômicos, institucionais, locais e culturais. Assim, são sistematizadas para Porto Alegre cinco fases de expansão, que são: ocupação do território, trigo, imigração, industrialização e metropolização. Cada uma dessas fases será descrita, com o objetivo de analisar a produção do espaço urbano, entendendo as suas transformações.

A primeira fase de ocupação do território abrange o período de 1680 a 1772, e é marcada pela ocupação dos luso-brasileiros, paulistas e lagunistas. Neste período a cidade de Viamão foi a capital do Estado do Rio Grande do Sul. A região de Porto Alegre era um importante escoadouro da produção da região, por estar localizada na confluência de rios e pelo seu porto natural - Guaíba. No ano de 1772, a população de Porto Alegre sobrepõe-se à da capital Viamão, destaca-se a Sesmaria de Jerônimo de Ornelas e os açorianos, e também a presença do porto, e o núcleo urbano que consolidará a cidade de Porto Alegre registra seu primeiro crescimento populacional.

A segunda fase (1772 a 1880) é marcada pela consolidação de Porto Alegre como capital, o desenvolvimento da região do Rio Jacuí e o surgimento de cidades ao longo desta região. O plantio de trigo era responsável pelo desenvolvimento da economia urbana de Porto Alegre. De acordo com Hausman (1963), nesta fase a cidade de Porto Alegre cria aspectos urbanos, reforçando a posição e localização do porto. Em 1810, Porto Alegre foi elevada à vila, tornando-se um importante núcleo, realizando importações e exportações devido ao surgimento de um mercado nacional.

A terceira fase é caracterizada pelos fluxos migratórios (1820 a 1890). A chegada e fixação dos imigrantes alemães e italianos incentivaram o aumento da produção agrícola. Segundo Hausman (1963), os primeiros adensamentos populacionais foram Menino Deus, São Miguel e Partenon (1853). Tais arraiais se constituíam próximos a uma capela ou venda, estabelecendo vínculos comerciais.

A quarta fase é marcada pela industrialização (1890 a 1945), período que compreende as duas grandes guerras mundiais, favorecendo o surgimento e desenvolvimento de manufaturas locais em decorrência da diminuição abrupta das importações. A indústria era voltada para o interior, marcando o incremento das atividades comerciais, a mão-de-obra passa a ser basicamente dos imigrantes alemães. A cidade começa a aumentar seu perímetro urbano: além dos arraiais do Menino Deus

e São Miguel e Partenon, surgiram Navegantes, São Manoel e Glória. Cada novo arraial representava a formação de núcleos urbanos a partir do desenvolvimento de determinada atividade. O arraial de Navegantes surgiu a partir da comunicação fluvial com as colônias em expansão, formadas por comunidades de pescadores (Hausman 1963).

Destaca-se também o alongamento da área norte de Porto Alegre, acompanhando a linha férrea em direção a São Leopoldo, ligando a área central da cidade com o arraial de Navegantes. Identificam-se dois eixos de expansão; um em direção à Viamão e outro ao longo do Caminho Novo (alongamento da Rua Voluntários da Pátria). O avanço da cidade ao longo da área central (em direção à Rua Independência) constituiu-se por um alongamento da Rua Duque de Caxias (anteriormente conhecida como Rua Formosa).

Na década de 1890, Porto Alegre contava com 52.200 habitantes, aumento de 10.000 habitantes em relação ao ano de 1888, atestando um nítido crescimento demográfico, tal crescimento e a expansão das atividades comerciais, favorecidas pelo surgimento do transporte ferroviário, possibilitaram o escoamento da produção. Gradativamente, os arraiais foram crescendo, integrando uns com os outros, para posteriormente dar origem aos bairros.

A partir do incremento do transporte e da maior mobilidade urbana da época, foi possível a expansão do perímetro urbano em direção ao morro de Petrópolis e dos Moinhos de Vento. Seguindo com Hausman (1963) havia todo um eixo de expansão urbana de Porto Alegre:

A cidade estendia-se até o bairro Navegantes, Moinhos de Vento, contornava o Morro de Petrópolis pelo oeste até a rua Boa Vista, alongando-se pelo Partenon até o Hospício, estendendo-se até o morro do Cemitério, sofrendo portanto um estrangulamento. Alcança o bairro Menino Deus até a Praia de Belas, ao longo da qual, apertada pelo morro de Santa Teresa, vai até a ponta do Dionísio, onde formou o Bairro do Cristal (Hausman, p.15, 1963).

A quinta e última fase caracteriza-se pelo processo de metropolização de Porto Alegre (1945 aos dias atuais), podemos destacar a instalação de núcleos industriais, juntamente com a expansão da ocupação urbana. A instalação das indústrias acompanha as áreas de expansão da cidade, configurando-se nos eixos de crescimento e desenvolvimento dos bairros. Assim, o aumento heterogêneo da cidade extrapola os limites municipais, exigindo estratégias de ordenamento e gerenciamento.

Nesta perspectiva, o presente artigo busca analisar o processo de urbanização sob o enfoque sócio-espacial, abordando as relações sociais que se estabelecem em determinado espaço singularizado por seus atributos físicos, ambientais e sociais. Além disso, visa também à importância da manutenção dos espaços verdes no meio urbano, pois com o crescimento das cidades a procura por lugares mais arborizados tornou-se essencial e indispensável.

O PARQUE DA REDENÇÃO EM PORTO ALEGRE

A análise da questão ambiental na sociedade urbana é resultante do processo pelo qual o homem e a natureza se relacionam. A sociedade tornou-se cada vez mais urbana, porém estabelecendo fortes dependências com os recursos naturais diante de um modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na exploração para a manutenção de vida, explicado pelo consumo desenfreado.

Neste contexto, o espaço urbano revela as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, condicionando não somente no sentido material, mas nas relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas sócio espaciais inscritas no espaço. Deste modo, o espaço representa um componente dialeticamente definido dentro de uma economia política, que, em última instância, explica a sobrevivência do capitalismo atual.

Destaca-se a necessidade do entendimento da percepção do sujeito que frequenta o, pois através do sentimento de pertencimento é estruturada e organizada a relação entre o sujeito e o objeto, conferindo valor àquilo que faz parte do mundo-vivido e que se traduz em ação a partir do significado atribuído.

Torna-se necessário a compreensão dos processos mentais relativos à percepção ambiental para que se possa entender de forma clara como se estabelecem as relações entre o homem e o parque da Redenção. Isto porque cada indivíduo percebe, reage e responde de forma distinta à ligação com o meio ambiente. De acordo com Trivínos (1987) a percepção de determinado espaço se dirige pela lógica da intencionalidade e do uso do sujeito.

Então, pode-se dizer que se estar no espaço vivido como sujeito ativo confere sentido, valores e significados e interpretações àquilo que se percebe, uma vez que fazem parte de nossas vidas. Havendo assim, um interagir, pois o sujeito está aberto e se comunica com o espaço vivido (LEFEBVRE, 1990).

O espaço vivido muitas vezes perde o seu significado para os objetos e o cotidiano da vida dentro de uma sociedade marcada pelo sistema capitalista, onde há um valor de mercado que os objetos adquirem. Porém, quando o indivíduo atribui significado e importância para o ambiente, sentindo-se nele inserido, a vasta gama de intenções, tanto no caráter prático de viver o ambiente, quanto no caráter simbólico de senti-lo. Possibilitando ao sujeito a busca contínua do bem estar de vivenciar o Parque da Redenção.

Nesta perspectiva, a preocupação ambiental torna-se um dos pilares da sociedade moderna, já as ações antrópicas são as causas das destruições nos ambientes naturais. Dessa maneira, torna-se importante destacar o papel dos parques na cidade, a relação dos sujeitos nessas áreas, a preservação de atributos pautados na qualidade de vida da sociedade, havendo assim, momentos de lazer e contemplação, percebendo a importância da natureza na sociedade.

Mesmo em uma sociedade moderna, a ideia de preservação ambiental ligada

à qualidade de vida é significativa e a conservação dos parques urbanos garante a preservação de alguns atributos naturais na cidade. Estes parques atendem a demanda requisitada pelos diferentes estratos populacionais que necessitam dos momentos de descontração e relaxamento.

Desta forma, os parques urbanos representam uma das áreas mais procuradas pelos cidadãos, exercem funções ecológicas, estéticas, auxiliam a diminuir a poluição do ar e sonora. Segundo Berdoulay (1999), a preocupação ambiental tornou-se uma discussão do século XXI:

Os movimentos de proteção da natureza se difundiram enormemente na população, que mudou seu olhar sobre o mundo que o cerca e sobre sua própria responsabilidade ambiental. Os prejuízos ligados à vida urbana, poluição, doenças etc., não são as únicas maneiras pelas quais o meio ambiente entrou nas preocupações urbanas: a preocupação pela qualidade de vida, pelo sentimento de bem-estar, é também responsável por este olhar renovado sobre a cidade, as duas tendências estando ligadas, uma vez que a qualidade de vida depende da qualidade do meio ambiente (Berdoulay, p. 80, 1999).

A cidade de Porto Alegre, uma das capitais mais arborizadas do Brasil, contém oito parques urbanos espalhados por diversas regiões. Estes parques oferecem um contato maior com a natureza e possibilita a conservação de espaços verdes no meio urbano. Destaca-se o Parque da Redenção, sendo ele o mais frequentado pelos porto-alegrenses.

Doado à cidade em 24 de outubro de 1807, pelo governador Paulo José da Silva Gama, inicialmente era denominado Potreiro da Várzea ou Campos da Várzea do Portão, sendo este último atribuído ao antigo portão da Vila de Porto Alegre. Sua área foi transformada em logradouro para uso da população local, bem como para receber viajantes que vinham de fora e que traziam suas carretas, afinal precisavam de um lugar para descansar e comercializar gado. Antes de ser oficialmente um parque, a Várzea era distante do meio urbano, era um vasto banhado, com poucas árvores e muitos animais (PESA VENTO, 1999).

Já em 1884, foi nomeado Campos da Redenção, uma homenagem à libertação dos escravos do terceiro distrito da capital, fazendo-se saber que Porto Alegre e Redenção/CE teriam sido as pioneiras na libertação dos seus escravos. Em 1872, foi construído um quartel militar no limite sudeste do parque, que atualmente é o Colégio Militar de Porto Alegre. Na época, a concepção da obra foi autorizada pelo Presidente da Província (COELHO, 1935).

O ajardinamento efetivo do parque deu-se por volta de 1927, proibindo-se um ano depois a entrada do gado e de carretas. Foram feitas uma drenagem e um nivelamento da parte sul do campo do parque, elaborados pelo projeto de ajardinamento do urbanista francês Alfred Agache. Em 1935, tendo em vista a comemoração do centenário da Revolução Farroupilha, o parque tornou-se Parque Farroupilha, por meio do Decreto Municipal 307/3 (PESA VENTO, 1999).

No ano de 1939, foi estruturado o espelho d'água no eixo central e prosseguiu-

se o ajardinamento. Os recantos Jardim Alpino, Jardim Europeu e Jardim Oriental foram implantados em 1941. No mesmo ano, houve uma forte enchente e foi criado um recanto que recebeu o antigo chafariz francês de ferro fundido da Praça Pereira Parobé, antes presente na Praça XV de Novembro. Em 1978 foi criado o Brique da Redenção, e em 1997, efetuado o tombamento do parque como patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico de Porto Alegre (MACEDO, 1968).

Todas as modificações e transformações que o Parque sofreu ao longo da evolução urbana de Porto Alegre incidem neste espaço como melhoramentos implantados na área. Deve-se destacar o uso do parque pelos porto-alegrenses, já que este processo se mostrou importante, na medida em que a população foi se apropriando e usufruindo desta área mesmo antes de ser pensada como um espaço a ser construído especificamente para o lazer.

O uso do Parque leva a uma importante reorganização das relações sociais neste espaço. Cada pessoa que utiliza e frequenta este espaço público faz escolhas em relação às pessoas com quem quer se relacionar e aos equipamentos e lugares específicos. Conseqüentemente, há uma reorganização das relações sociais e da ocupação do espaço, algo que não está estagnado no tempo, mas se altera a cada dia, a cada instante em que o lugar é ressignificado pelos diferentes grupos sociais ali representados (LEFEBVRE, 1991).

Dentro deste contexto, o Parque da Redenção, pode ser entendido como um dos principais espaços públicos de Porto Alegre. Assim, pode-se perceber, ao longo da história da cidade, a importância do espaço verde no que se refere à qualidade de vida de sua população ao valorizar e investir também na contínua reconstrução de espaços públicos para o lazer.

ESPAÇOS VERDES E A SOCIEDADE

Buscar o significado de um espaço verde dentro das cidades tem se tornado fundamental para o desenvolvimento urbano. A inserção deste está diretamente ligada à formação de ambientes mais sustentáveis e de preservação ambiental, além da procura por lazer e a qualidade de vida das pessoas, refletido no uso de parques e praças.

Segundo Monteiro (1976), o homem tem a necessidade de que a vegetação esteja presente e que extrapola um valor sentimental e estético. Os espaços verdes urbanos conferem à cidade uma geografia diversificada, inserindo um ambiente alternativo a uma realidade dominante. Esta realidade se resume no conceito de urbanização, no qual a cidade apresenta crescimento físico e humano constante, e a presença dos espaços verdes permite uma mudança nessa paisagem, além de melhorar a realidade caótica que vivemos em uma cidade. Segundo Azevedo (2010):

Os espaços verdes são elementos fundamentais da estrutura e funcionamento das cidades. Consideramos espaços verdes todos os espaços que em ambiente urbano

são dominados por elementos naturais como árvores, arbustos e relvados. Os espaços verdes asseguram direta e indiretamente um conjunto notável de funções e serviços ambientais, sociais e econômicos dos quais depende a qualidade de vida das pessoas nas cidades. (AZEVEDO, p. 9, 2010)

A vegetação é vista pela sociedade como elemento essencial na formação das paisagens naturais, oferecendo a cidade uma aproximação com a natureza que antes só podia ser apreciada em áreas mais distantes do meio urbano, por exemplo, parques de preservação aberto ao público, jardins botânicos e reservas biológicas. O contato com a natureza permite uma sensação de bem estar, segundo Schanzer (2003):

A presença da vegetação alivia o estresse, aumenta o poder de concentração e humaniza as cidades. No planejamento dos espaços construídos, a localização adequada dos elementos vegetais beneficia aspectos de conforto ambiental como temperatura, oxigenação do ar, ventos e umidade a fim de que se atinjam resultados satisfatórios para o conforto humano, influenciando também no bem estar psicológico dos usuários (SCHANZER, p. 19, 2003).

De acordo com Foresti & Pereira (1987), o estudo da qualidade e quantidade da vegetação abrange os fundamentos vitais de toda política de monitoramento e da tomada de decisões para o melhoramento do ambiente das cidades demasiadamente urbanizadas.

O processo da urbanização ao longo do tempo tem gerado grandes problemas em relação ao uso e ocupação de espaços físicos e ambientais nas cidades. O número elevado da população, bem como as atividades econômicas e o padrão de vida exercido na sociedade, tem causado uma degradação considerável do ambiente urbano, resultado do mau uso dos recursos naturais.

Visto que o processo de metropolização de Porto Alegre ocorreu por volta de 1945, período em que a cidade se consolida como metrópole, o espaço disponível estava em constante transformação e se limitando apenas às grandes construções. Às conseqüências ambientais geradas por este crescimento resultou na necessidade de se conservar os espaços verdes presentes. Assim, os assuntos ligados à qualidade ambiental das áreas urbanas a cada década têm se tornado um tema polêmico nos debates acadêmicos e políticos.

Em um cenário urbano, o Parque pode ser considerado como um espaço estimulador para as relações sociais ocorrerem. Apresenta uma forte ligação histórica com o processo de evolução urbana da cidade, tanto em aspectos simbólicos e físicos. Servindo assim, a população porto-alegrense nos momentos de lazer.

Nesta perspectiva, os parques assumem um papel fundamental nas cidades, já que o espaço urbano não pode ser compreendido apenas como um conjunto de edificações residenciais ou comerciais. Os espaços abertos e arborizados como parques e praças precisam ser considerados, que infelizmente o processo de urbanização tem feito exatamente o contrário, fechando-se em si mesmo.

Destaca-se a importância da arborização, esta tem contribuído muito para a mudança dessa paisagem, vemos ruas bem arborizadas, parques com vegetação

nativa e o mais importante é a aceitação por grande parte da população em defender estes espaços. Entretanto, nem todo o lugar mantém essa tendência, o crescimento populacional demanda maiores espaços e conseqüentemente uma área maior será utilizada para a construção civil. É desta forma que os espaços verdes estão perdendo sua posição, e, portanto, mais escasso. Diz Olivier Mongin, filósofo e escritor francês, em entrevista cedida ao Jornal Globo (2013):

“As cidades não podem ser compreendidas somente como um conjunto de edificações que servem como residências ou escritórios. Temos também os espaços abertos, como ruas e praças, onde são inseridas as áreas verdes. O grande problema das aglomerações urbanas ocorre quando deixamos totalmente de lado um fator externo: a natureza, que está sempre ao nosso redor. Infelizmente, o que temos visto nos últimos tempos é um movimento de urbanização que está se fechando em si mesmo, devorando as áreas verdes e os espaços abertos. O modo de vida urbano tem a tendência de se virar contra a natureza. A vida em comunidade, no entanto, exige que tenhamos estes espaços comuns”. (Entrevista cedida ao Jornal Globo, 2013).

É importante reforçar que o processo de transformação das cidades requer amplos espaços para que ocorra o desenvolvimento urbano. Porém, é preciso reconhecer e identificar dentro da cidade as áreas disponíveis e o que se encontram nelas, muitas vezes são espaços verdes importantes e que precisam ser preservados. É desta forma que se destaca o uso destes, sejam eles parques, praças e jardins. Destacam-se, principalmente, o uso para encontros sociais, práticas de atividades físicas, eventos e atividades de educação ambiental.

Atualmente, a população possui um público variado, com prioridades distintas e uma parcela da sociedade utiliza ambientes mais restritos e fechados, como academias e shopping centers em busca do entretenimento. Em contrapartida, a procura por atividades ao ar livre se tornou uma necessidade, pois deste modo, as pessoas mantêm contato com a natureza adquirindo uma melhor qualidade de vida.

Os parques e as praças configuram esta necessidade e a realidade atual se mostra cada vez mais empenhada em produzir espaços de convívio social. A relação social da população com os espaços verdes remete um comportamento diferenciado ao que normalmente encontramos em ambientes urbanizados. Porém, o mesmo espaço geográfico é marcado pela devastação dos recursos naturais e, como conseqüência, vivencia-se as grandes problemáticas ambientais. Essas problemáticas são decorrentes unicamente da ação antrópica. Tendo em vista este agravo, Arne Naes (1973), através da ecologia profunda, transmite o pensamento de que a relação social com a natureza deve ser reformulada radicalmente para que possa ser sustentável.

A sociedade demonstra uma necessidade de conviver com a natureza, visto que as cidades estão cada vez mais urbanizadas. Assim, a proximidade do ser humano com os espaços verdes reflete a busca por uma reconecção com a natureza, oportunizando uma cumplicidade mútua com o ambiente e transparece em nossas atitudes, hábitos e sentimentos uma ligação profunda com aquele espaço.

Buscando um entendimento absoluto desta interpretação, Rita Mendonça (2005)

nos permite refletir:

Num mundo vastamente transformado, onde as áreas silvestres são restritas, visitar a natureza significa algo mais do que uma simples visita ou um ato “heróico” para os que a isso se dedicam. Significa a manifestação de um desejo profundo de reconciliação e de necessidade de revisão dessa relação, que é, no mínimo, contraditória. (Rita Mendonça, p.216, 2005).

Nesta ótica, o Parque Farroupilha constitui-se como um importante espaço público de uso e lazer da cidade, destacando-se como um espaço verde que permaneceu em meio a todo o processo de urbanização. Possuindo uma localização na área central da cidade, sendo assim, se constitui em uma opção da população como um espaço privilegiado de entretenimento.

Em compensação, a falta do monitoramento e da gestão dos parques urbanos e praças geram abusos que se caracteriza pelo vandalismo e descasos frequentes, além de como a população se porta diante destes espaços, ou seja, o cuidado que se tem com os monumentos, com as árvores e com o espaço que serve para a interação social. É frequente o descarte de resíduos, pichações em árvores e monumentos, assaltos e depredações.

Apesar do gerenciamento público dos parques e das praças ser moderado, em relação à demanda do uso coletivo destes espaços presentes nas cidades, ocorre o descaso e o mau uso por parte da população. Isto reflete uma contradição no que diz respeito à necessidade por espaços verdes urbanos. Por mais que haja um uso positivo destes espaços, o processo de gerenciamento quando ocorre é insuficiente, pois o índice de vandalismo supera o tempo da manutenção e da restauração de determinada área.

Logicamente, o papel desempenhado pelo Estado, ao estabelecer ações de planejamento e gestão, mostra-se determinante para estabelecer a ordem nos espaços públicos das cidades. Pois, a gestão dessas áreas torna-se imprescindível, manter ou melhorar a qualidade dos parques e das praças existentes, requer o monitoramento contínuo e eficaz das unidades estabelecidas.

O parque Farroupilha remete esta realidade, pois é um espaço muito freqüentado e apreciado, dotado de beleza e elementos paisagísticos que oferecem a sensação de bem estar para a sociedade. Contudo, é recorrente o mau uso de alguns ambientes ali presentes. Alguns monumentos são vítimas de depredações e vandalismos; o Recanto Alpino serve para moradia de moradores de rua, o Recanto Oriental é alvo de declarações de pichadores. Estas ações negativas contribuem para o empobrecimento visual e físico do ambiente, fazendo com que muitas pessoas se sintam reprimidas e desmotivadas a frequentá-los.

Nesta perspectiva, salienta-se também o desuso de certos espaços, principalmente em algumas praças públicas das cidades. Dentro do processo de urbanização, projetar praças e parques é fundamental para promover a interação social. Porém, alguns espaços são construídos e não são utilizados. Devido a isto, é presenciado um

abandono daquela área destinada à determinada função, gerando o desuso ou o mau uso desta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável a importância dos espaços verdes nas cidades, seja pela função benéfica que exercem em variados níveis, seja pela relação que os envolve na sociedade urbana, beneficiando diretamente ao homem quanto sua saúde física e mental, ou seja, pela boa qualidade de vida que a sua existência determina, ou ainda também, pela importante interação do homem com o meio ambiente e com as atividades recreacionistas.

Sem dúvida, o processo de urbanização nas cidades minimizou a presença de áreas verdes, contudo a existência da vegetação exerce o papel fundamental nestas áreas urbanizadas, no que se refere à qualidade ambiental. A vegetação no meio urbano possibilita uma aproximação com a natureza, além de melhorar a paisagem e qualidade de vida, purificando o ar e embelezando a cidade.

Considerando o parque da Redenção como espaço público da população, lugar de interação de distintos grupos sociais que utilizam o parque, utilizando vínculos afetivos através do dinamismo sócio-culturais-ambientais. Dessa maneira, o espaço do Parque reúne diversos grupos sociais que representam a população portoalegrense.

Os parques urbanos tendem a assumir um papel relevante nesse contexto, atenuando o desconforto cotidiano dos cidadãos e proporcionando-lhes alternativas de lazer e recreação. A constituição do parque como um principal espaço verde na cidade, ocorreu a partir das modificações urbanas ocorridas na região. Destaca-se o papel da população, na medida em que esta foi se apropriando gradativamente desta área mesmo antes de ser pensada como um espaço a ser construído especificamente para o lazer.

O monitoramento subsidia medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em estudo, auxiliando na definição das melhores políticas a serem adotadas. É nesse contexto que se salienta a importância de contar com o auxílio de um sistema de indicadores ambientais.

Desta forma, haverá maior controle na preservação e a qualidade destes espaços permanecerá por mais tempo, visto que o uso dos espaços verdes tende a ser maior à medida que a demanda por áreas de lazer e descanso cresça na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

Azevedo, J. **Manual de boas práticas em espaços verdes**. São Paulo. Câmara Municipal de Bragança. 2010

BERDOULAY, V. **A ecologia urbana, o lugar e a cidadania**. In: Revista Território. Rio de Janeiro. ano IV. n° 7, p. 79-92, jul ./ dez. 1999.

COELHO, C. **A várzea de outrora**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1935.

EXPANSÃO VERDE EM DEBATE. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/expansao-verde-em-debate-vida-em-comunidade-exige-espacos-comuns-7765699>>. Acesso em 15 mai 2015.

FORESTI, C.; PEREIRA, M.D.B. **Utilização de índices vegetativos obtidos com dados do sistema TM LANDSAT no estudo ambiental urbano: cidade de São Paulo**. In **Boletim de Geografia Teórica**, 16-16 (31-34): p. 225-227, 1987.

FUJIMOTO, N. S. V. **Implicações ambientais na área metropolitana de Porto Alegre – RS: Um estudo geográfico com ênfase na geomorfologia urbana**. XX – GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, N° 12, 2002.

HAUSMAN, A. **Aspectos da Geografia Urbana de Porto Alegre: Crescimento Urbano**. In: Boletim Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul. Ano VIII n° 13 jan-dez, 1963.

HAUSMAN, A. **Aspectos da Geografia Urbana de Porto Alegre: Crescimento Urbano**. In: Boletim Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul. Ano VIII n° 13 jan-dez, 1963.

INDICADORES AMBIENTAIS PARA O MONITORAMENTO DE PARQUES URBANOS. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/37/68>> Acesso em 02 jun 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1990.

Leia mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/contribuicoes-de-henri-lefebvre-e-da-teoria-das-representacoes-sociais-a-educacao-um-estudo-do-espaco-vivido/15797/#ixzz3dEtqzZVj>

MENDONÇA, Rita. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2005.

MOURA, R. **Paraná: Meio Século de Urbanização**. RA'E GA. Curitiba, UFPR, n. 8, pp. 33-34. 2004

O ECO. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/suzana-padua/21013-o-mundo-nao-pertence-aos-humanos>. Acesso em: 15 jun 2015.

PARFITT, C. M. **Impacto urbano em áreas de interesse e proteção ambiental: produção do espaço em zonas de preservação ambiental da cidade de Pelotas na lei 2565/80**. Dissertação de Mestrado. Programa de Planejamento Urbano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

REPORIO DIGITAL UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3203>> Acesso em 18 mai 2015.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SOUZA, C.F, MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2007.

SPOSITO, Maria de Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UMA VIAGEM PELA HISTÓRIA DOS JARDINS. Disponível em: <<http://www.jardimdeflores.com.br/paisagismo/a05daniel.htm>>. Acesso em 18 mai 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-83-3

